

Muqui empossa Conselho de Pró-Tombamento

O objetivo da entidade é incrementar ações para agilizar o turismo cultural no município

Cachoeiro – Sucursal – Foi eleita no último dia 21 a diretoria do Conselho Pró-Tombamento de Muqui. Segundo o presidente, Cyro Lethieri, o conselho é formado por 22 conselheiros, dos quais 11 membros e 11 suplentes. Fazem parte da composição do conselho pessoas ligadas às associações comunitárias, comércio, escolas, igrejas, Ministério Público e entidades afins.

Segundo avaliou o coordenador do Departamento de Memória e Patrimonial Cultural da Secretaria Estadual de Cultura, Genildo Hautequest Filho, através da organização do conselho, a comunidade de Muqui conseguiu dar o pontapé inicial para o desenvolvimento das ações que visam à implantação do turismo cultural no município. “Através das reuniões que são realizadas semanalmente entre a sociedade e os membros do conselho, a expectativa é de que a comunidade esteja cada vez mais consciente da importância do tombamento e das vantagens para o município”, disse Cyro.

Segundo Genildo, na semana passada foi realizada uma pré-identificação detalhada dos imóveis a serem tombados, localizados na sede do município e na zona rural. Segundo Genildo, Muqui reúne um dos maiores sítios históricos do Estado, concentrando o maior acervo art-nouveau. Estima-se em mais de 100 as edificações passíveis de tombamento. Muqui se destaca tanto pela quantidade



Rosângela Venturi

As casas da cidade e do interior estão sendo cadastradas pelo Conselho Pró-Tombamento e serão classificadas de acordo com seu valor histórico e cultural

Crítérios

como pela preservação dos imóveis representativos da arquitetura das primeiras décadas do século.

De acordo com Hautequest, o processo de tombamento de Muqui deverá ser definido por quatro níveis. Numa escala de ordem, em primeiro nível estarão as casas que conservam as características originais, que possuem grande valor cultural. Em segundo nível as edificações que têm grande im-

portância cultural, mas que sofreram grandes intervenções. No outro nível estarão os imóveis que têm menos valor cultural, mas que fazem parte das características gerais da cidade (que têm o mesmo padrão arquitetônico). No último nível ficarão aquelas que não têm valor cultural, incluindo terrenos baldios. Genildo explicou que as classificações poderão ser alteradas de acordo com o proprietário.

“Os terrenos baldios, por exemplo, podem ser usados para construções, desde que sigam alguns parâmetros preconizados”.

Realizado pelo Poder Público, o tombamento é um ato administrativo cujo objetivo é preservar através da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também valor afetivo para a população.